

# TRANSEXUALIDADE. TRAVESTILIDADE. DESCOLONIALIDADE. GÊNERO E A DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAR SOBRE CORPOS E SEXUALIDADES\*

*TRANSSEXUALITY. TRANSVESTILITY. DECOLONIALITY. GENDER AND THE  
DECOLONIZATION OF THINKING ABOUT BODIES AND SEXUALITIES*

Marcos Antônio Bessa-Oliveira 1

**Resumo:** *As emergências na atualidade acerca da Educação, dos corpos, de gêneros e sexualidades, igualmente nas várias situações sociais em que esses estão acerbados por colonialidades, são várias e enormes. A Educação, a meu exemplo, no campo das Artes, tem enfrentado questionamentos dos corpos, gêneros e sexualidades das diferenças tendo em vista a resistência da presença desses enquanto divergentes de padrões estabelecidos desde os processos de colonização (séc. XVI) das Américas. Não diferentemente, a produção de arte, cultura e conhecimentos desses corpos diferentes precisa ainda mais comprovar suas “(re)existências” em tempos atuais porque são impedidos de existirem, mais ainda de re-existirem como orienta o pensamento decolonial que ancora esta discussão de caráter crítico-teórico-epistêmico por compreender que pensar na decolonialidade não é um mero exercício teórico-crítico de resistir, mas de aprender a desaprender para aprender a reaprender para fazer de outro modo.*

**Palavras-chave:** *Arte-Educação Decolonial. Filosofia do Corpo. Pensamento Filosófico Decolonizado. Sexualidade. Alteridade Pelo Corpo.*

**Abstract:** *The emergences nowadays about Education, bodies, genders and sexualities, also in the various social situations in which they are surrounded by colonialities, are several and enormous. Education, in the field of Arts, for example, has faced questions about the bodies, genders and sexualities of the differences in view of the resistance of their presence as divergent from the standards established since the colonization processes (16th century) in the Americas. Not differently, the production of art, culture and knowledge of these different bodies needs even more to prove their “(re)existences” in current times because they are prevented from existing, even more to re-exist as oriented by the decolonial thought that anchors this discussion of critical-theoretical-epistemic character by understanding that thinking in decoloniality is not a mere theoretical-critical exercise of resisting, but learning to unlearn to learn to relearn to do it differently.*

**Keywords:** *Decolonial Art Education. Philosophy of the Body. Decolonized Philosophical Thought. Sexuality. Alterity Through the Body.*

---

\* Este texto está vinculado a um Projeto de Pesquisa intitulado “PRÁTICAS CULTURAIS LATINO-FRONTIARIAS: ARTES DE “PAISAGENS”, SILÊNCIOS E APAGAMENTOS EM CENA NA CULTURA SUL-MATO-GROSSENSE”, cadastrado na Divisão de Pesquisa/PROPP/UEMS, sob o protocolo 277652.1602.1343.05012022, e é vinculado ao Grupo de Pesquisa NAV(r)E – Núcleo de Artes Visuais em (re)Verificações Epistemológicas – UEMS/CNPq. Assim como o referido Projeto, o artigo segue todos os procedimentos éticos na sua realização.

1 Graduado em Artes Visuais – Licenciatura (pela UFMS), Mestre em Estudos de Linguagens (pela UFMS), Doutor em Artes Visuais (pela UNICAMP) e Pós-doutor em Estudos de Linguagens (pela UFMS). Atualmente é professor na UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – nas graduações em Dança e Teatro (Licenciaturas) e no Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Educação Profissional (PROFEDUC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7724599673552418>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4783-7903>. E-mail: [marcosbessa@uems.br](mailto:marcosbessa@uems.br)

## Introdução – voz sem corpo, ninguém existe e nem tem vez

“Durante muitos anos travestis, transexuais e demais pessoas trans brasileiras foram objeto de estudo para a academia e muito raramente puderam falar sobre seus próprios saberes. Talvez devido aos processos de exclusão, não tenhamos conseguido chegar a academia ou sequer concluir os estudos fundamental e médio. O que sempre nos colocou em lugar de subalternidade e não reconhecimento de nossas narrativas como sendo legítimas.” (Benevides; Lee, 2018, p. 253).

Dedico este trabalho à minha ex-orientanda Emy Mateus Santos, hoje graduada em Artes Cênicas, licenciatura, que, ao produzir e defender o TCC intitulado “PISTAS DE UMA CARTOGRAFIA TRAVESTI: práticas corporais cênicas ou não, corpo-em-política” em dezembro de 2023, complementou meu pensar corpos, afetos e emoções neste ensaio.

A sociedade, quase sempre, mas também a Escola e a Universidade, essas, salvo raríssimas exceções aos seus interesses acadêmicos, não escutam os corpos das diferenças coloniais como portadores e produtores de artes, culturas e menos ainda de conhecimentos específicos. Ninguém reconhece que um corpo da diferença não depende exclusivamente de políticas governamentais que tentam legitimar suas existências. Tais corpos diferentes dos corpos supostamente categorizados como os dentro dos padrões, os mesmos corpos oficiais que regem, normalmente, as políticas governamentais que nunca garantiram existência daqueles, persistem lutando excluídos da sociedade, exilados quando nas academias, insignificantes enquanto corpos produtores de arte, cultura e conhecimento tentando *re-existir*. Nas escolas e nas universidades, os corpos das diferenças coloniais são tratados como exemplos das carnificinas promovidas pelos corpos oficiais que as políticas públicas dizem combater. Mas volto a isso mais tarde!

As minhas discussões e colocações neste *ensaio* partem do princípio do meu trabalho docente de formação de professores nos cursos de graduação em Artes Cênicas, Dança e Teatro – Licenciaturas, e, no curso de pós-graduação, níveis mestrado e doutorado, em Educação Profissional – Profeduc – da UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Unidade Universitária Santo Amaro em Campo Grande, MS) –, em que ministro as disciplinas de Teoria e História da Arte I e II, nos primeiros e segundos anos, respectivamente; Artes Visuais nas segundas séries; Arte Educação para as turmas dos terceiros anos; Arte e Cultura Regional nos últimos, quartos, anos desses cursos de graduação, e, no Mestrado e Doutorado ministro as disciplinas de Formação de Professores para a Educação Básica e a disciplina Itinerários Culturais, nos primeiros e segundos semestres anuais, respectivamente.<sup>1</sup>

Tais situações antes colocadas são fundamentais para propor aos/às/es leitores deste trabalho a compreensão do espaço reflexivo-investigativo em que me situo para tratar das questões acerca de transexualidades, travestilidades, descolonialidades, gêneros para propor a descolonização do pensar sobre sexualidades. Quero dizer com isso que, a princípio, meus argumentos têm *situação* e *condição* ancoradas na minha atuação e contato profissional com alunos/alunas/alunes de diferentes condições/características/opções/orientações/entre outros – gêneros – no universo das artes: artístico, docente e de pesquisa. Logo, minhas reflexões, de algum modo, tentam não desvincular a relação artista-professor-pesquisador, no âmbito de ser investigador (eu) e para o contexto de formação (alunos/alunas/alunes), igualmente não separa as ideias sobre arte, cultura e produção de conhecimentos por compreender que, neste contexto epistêmico, esses também são

<sup>1</sup> Meu vínculo à Universidade é desde 2014, na graduação nos respectivos cursos, e 2016 no Mestrado e Doutorado Profissional: em ambos os casos, salvo algumas mudanças de nomenclaturas, tenho trabalhado as respectivas disciplinas anual e regularmente a partir de um trabalho de formação docente descolonial para descolonizar as subjetividades e práticas dos/as docentes em formação e dos/as já formados/as.

indissociáveis.<sup>2</sup>

A ideia de me valer destas minhas situação e condição não situa meu trabalho nesta reflexão em nenhuma espécie de *relato de experiência*, pois, ainda que sem reduzir aquela, este trabalho tem intenção e caráter crítico-teórico-epistêmico por compreender que pensar na descolonialidade questões de gêneros não é um mero exercício teórico-crítico para fazer resistir corpos que são sempre vilipendiados da sociedade. Logo, ao me valer de um pensar descolonizado *a partir dessas* questões de transexualidade, travestilidade, homossexualidade, heteronormativa, entre outras relacionadas à gênero e sexualidade, na Educação, na arte, na cultura e na produção de conhecimento, não somente quero dar-lhes luz considerando as imposições feitas com a colonização das Américas “depois” do século XVI (Mignolo, 2003), como também não apenas sob as lógicas das colonialidades do poder em evidência depois do século XIX (Quijano, 2019). Mas quero mais reforçar a lógica de um pensamento descolonial que ressalta a necessidade urgente de que “[...] precisamos desatar o nó, aprender a desaprender, e aprender a reaprender cada passo” (Mignolo, 2008, p. 305) para fazer de outro modo tudo, inclusive pensar essas questões todas, nas sociedades e nas academias em tempos atuais, privilegiando a convivialidade em detrimento da única lógica de sobrevivência de corpos das diferenças relegados à exterioridade persistindo existirem.

Reitero que minhas intenções não estão restritas aos padrões da Modernidade/Colonização, menos ainda à Pós-modernidade/Globalização, respectivamente, séculos XVI e a partir do XIX, mas este ancorado naquele enquanto aquele subsidiou o segundo, pois seria apenas reescrever histórias já contadas. Pois, desde o século XVI, graças à ideia de expansão territorial da colonização, para além do enriquecimento material, o projeto de Modernidade estabeleceu como seus critérios e os projetos posteriores (Pós-modernidade/Globalização) – e vindouros nas mesmas prerrogativas de desenvolvimento e progresso – os padrões de gênero, raça, classe, fé, língua e ciência. Portanto, falar dessas diferenças coloniais sobre transexualidades, travestilidades, descolonialidades e gêneros sob as prerrogativas modernas e pós-modernas sustenta uma mesma lógica controlada acerca desses corpos. Ora desconsidera-os/as/es, ora lhes são permissíveis.<sup>3</sup> Quer dizer: os corpos diferentes continuam não produzindo arte, cultura e conhecimentos porque, quase que simplesmente, não são heteronormativos (masculino), brancos, de classe alta, de fé cristã, falantes das 6 línguas (hegemônicas) de origem no latim e não dominam o conhecimento tido como científico.

Os termos têm “pesos” e “medidas” nas culturas ocidentais. Tenho relutado para conseguir um dia me livrar das conceituações de como são estabelecidas as coisas para o pensamento ocidental acerca de “todas” as coisas que operam, os conceitos, sob Uma ótica de como devem ser as coisas. Assim, para pensar sobre transexualidades, travestilidades, descolonialidades, a fim de discutir gênero e a descolonização do pensar sobre sexualidades, evidentemente, não sendo eu um transexual ou um travesti, pode parecer para muitos uma lógica de *falar sobre* aqui, também assim como falam muitos a respeito de muitas coisas conceituais para o Ocidente: falam sobre índio, preto, mulher, gay, lésbica, entre outras naturalidades naturalizadas para as culturas, especialmente acadêmicas, ocidentais brasileiras. Por vias disso, de não querer um falar sobre, é que quero ter o direito de me desvincular desses pesos e medidas conceituais, especialmente universitários/acadêmicos, sobre essas coisas – “TRANSEXUALIDADE. TRAVESTILIDADE. DESCOLONIALIDADE. GÊNERO E A DESCOLONIZAÇÃO DO PENSAR SOBRE SEXUALIDADES.” – para propor um pensar epistêmico *a partir destas* considerando minha convivialidade com essas pessoas. Ainda que não sendo estas, mas que se quer desvinculado de rótulos conceituais (modernos/pós-modernos) para pensarmos em sexualidades de modos *outros* juntas.

2 Sobre essas indissociações – artista-professor-pesquisador e arte, cultura e conhecimentos – ver, por exemplo, Barreto, Bessa-Oliveira, 2018. Mas também, neste exato momento (dezembro de 2024), estou me preparando para realizar um segundo estágio pós-doutoral (2025) em que as discussões aqui já tratadas (fundamentalmente acerca da descolonização das subjetividades e dos corpos para um fazer-sendo descolonizado) relacionam-se diretamente com a proposta de pesquisa daquele.

3 Deve ficar evidente ao longo deste texto tal reflexão, mas cabe ressaltar que os projetos Moderno e Pós-moderno são correlatos. Pois, a partir de discussões colocadas pelos/as autores/as (Mignolo, Dussel, Quijano, Walsh, entre outros) do pensamento descolonial, a biopolítica foucaultiana é o estabelecimento da situação na qual as culturas locais não-europeias passam a ter reconhecimentos como diferentes, mas ainda sob a condição de permissividade dos projetos globais hegemônicos. Portanto, o pensamento descolonial como “projeto” das histórias locais – a partir da diferença colonial (Mignolo, 2011; 2003) – é quem evidencia os pensamentos das exterioridades como um pensamento de fronteira (Mignolo, 2017) porque formulam-se de dentro dessas culturas como diferenças e não apenas diferentes.

Quero reiterar isto por meio de algumas constatações pessoais que poderão parecer superficiais. Mas, advirto, são comumente observadas como práticas comuns nas Universidades e Escolas, por exemplo: quando transsexuais e travestis são convidados a adentrarem os seus espaços institucionais para falar de suas desgraças biográficas, nunca de ciência, e, menos ainda, das suas produções de arte, cultura e conhecimentos; várias vezes travestis e transsexuais são objetos (quase abstratos) das pesquisas desenvolvidas sob metodologias modernas, e, quando têm corpo, nas pesquisas pós-modernas, servem de índices das desgraças cometidas pelos corpos heteronormativos; é comum observar nessas instâncias institucionais a permissividade como prática de inclusão dos corpos trans e travestis, mas esses precisam prestar contas dessas benesses correspondendo com os mesmos relatórios padrões de corpos “normais”. Portanto, além da falta de espaço físico (um banheiro sequer), da falta de respeito de pares, funcionários e de autoridades dessas instituições, os/as/es corpos/as/es das diferenças (não somente trans e travestis) sofrem com agressões (epistêmico-padrões-disciplinares) aos seus direitos de serem humanos/as/es.

Portanto, ao desconsiderar uma lógica comum de *falar sobre*, querendo priorizar um falar *a partir de*, sendo esta última a ótica de quando se tem um pensamento descolonizado, todas as argumentações que se sustentaram e se sustentam em pensamentos conceitos/teóricos modernos e/ou pós-modernos tornam-se suspeitas. Evidentemente não é pela simples negação daqueles em favor do pensar descolonial. Este não quer ser mais um projeto de universalização das diferenças em prol de assemelhá-las. Menos ainda porque pensar na descolonialidade não é claramente anular as possibilidades emergidas em contextos histórico-temporais em que a única possibilidade era a de se ver superior em relação à uma invenção de outro para enriquecer-se. Assim, sendo estas palavras rapidamente ilustrações dos projetos hegemônico-homogeneizadores – moderno (séc. XVI) e pós-moderno (séc. XIX) –, respectivamente, minhas reflexões não estarão ancoradas e/ou sendo permitidas/permissivas por conceituações que desprezam e nem nas que assimilam corpos (transexuais, travestis, de gêneros não binários para pensar sobre sexualidades) das diferenças. Primeiro porque quero buscar colocar em evidência um *pensar-sendo* (Bessa-Oliveira, 2021) transexual, travesti, ainda que não os sendo, por perspectiva da descolonialidade de discussão a partir de gênero e da descolonização do pensar sobre sexualidades.

Pautado nessas questões antes apresentadas, quero me referir à Educação, enquanto sistema formado no Brasil ancorado em colonialismo e colonialidades que, históricas e na atualidade, mais sustentam a exteriorização desses corpos de gêneros não-binários, mas que, igualmente, no caso da Formação de Professores, em níveis de graduação e mestrados/doutorados, pouco ou quase nada têm trabalhado trans-formações (Bessa-Oliveira, 2023) em relação à gêneros e sexualidades que visam mudanças reais nas escolas para as quais esses profissionais vão atuar. Quer dizer, se a escola ainda é espaço de de-limitação de corpos, por meio de políticas didático-pedagógicas, dirigentes, currículos, professores e colegas, situações estruturais e ideológicas; a universidade pouco tem contribuído a fim de romper com barreiras fronteiriças que são erigidas por meio de referenciais teórico-críticos que no máximo assimilam corpos diferentes, corrigindo-os, mas apagando-os, quando não os desconsideram – aniquilando-os – porque simplesmente não são considerados existentes.<sup>4</sup>

No caso da Educação em Arte, esta premissa apresentada está, quase sempre, acerbada por opções de conteúdos que se baseiam exclusivamente na História da Arte hegemônica e/ou privilegia currículos que sustentam predileções de conteúdos históricos hegemônicos (europeus e estadunidenses), em contraposição aos conteúdos que acercariam, minimamente, as culturas não-hegemônicas, mas colonizadas: indígenas e afrodescendentes. Sequer considera-se possível a existência científica histórica de corpos não-binários. Mas, menos ainda o currículo escolar tem considerado as questões que se relacionam à gêneros não-binários e/ou sexualidades que não se restrinjam a corpos – heteronormativos – como reprodutores. Estas lógicas, ainda no Ensino de Arte, quase sempre, se esbarram em preceitos históricos de raça, classe, gênero, mas também nos

4 É muito comum nas graduações e na pós-graduação em que atuo as reclamações e relatos de violências de todas as ordens, presenciadas ou vitimadas, por parte de quase todos que atuam nas instituições acadêmicas. Pior ainda é quando esses agressores se desculpam e legitimam-se alegando a defesa da “moral e dos bons costumes”, “familiares”, “religiosos”, “democráticos”, “éticos”, de “ensino e aprendizagem” “sociais”, entre outros, para sustentarem seus escárnios contra corpos “simplesmente” diferentes.

de fé, língua e na delimitação da Ciência como único sistema capaz de produzir conhecimento. Pois, ora o Ensino de Arte reforça essas classificações por imposições político-administrativas em todas as instâncias públicas – municipais, estaduais e federal – ou privadas considerando o que vou nominar de o empreendedorismo educacional cada vez mais em evidência. E, quando não, essas prerrogativas cerceadoras no Ensino de Arte partem dos próprios contextos familiares dos/as/es alunos/as/es sob os mesmos rótulos coloniais: “arte é coisa de mulher ou para viadinho”.

De igual de-limitação, o Ensino de Arte ainda é acercado das relações que limitam a exposição de corpos que não se amparam pelas lógicas de fé, língua e gêneros vigentes como padrões normais. Corpos não-binários, de fés de matrizes não cristãs e/ou produtores de arte, cultura e conhecimentos não validados por não serem falantes de línguas oficiais que ressaltam valores identitários governamentais – ancorados na homogeneização – ou privados, porque não rendem grandes recursos financeiros, acabam por ser desconsiderados de existência no contexto escolar. E é neste tocante que a Formação de Professores precisa re-considerar os seus repertórios teórico-críticos modernos e/ou pós-modernos, também metodológicos e didáticos que neutralizam e/ou naturalizam corpos das diferenças, na graduação e/ou na pós-graduação, como diferentes, visando um trabalho minimamente teórico-crítico-epistemológico que trabalha na contramão desses. Uma vez que passará a re-significar para os professores que, a partir desses próprios corpos diferentes aos sistemas, a lógica de naturalizar e, mais ainda, neutralizar corpos das diferenças são óticas de trabalhos docentes indecentes nas escolas.

Ao mesmo tempo, isso denota que a superação da colonialidade metódica requer um novo tipo de ceticismo e de atitude teórica, que rearticule a busca da verdade com a busca do bem – entendido esse bem como fraternidade não-sexista ou como uma convivência humana para além da linha de cor e das hierarquias que se baseiam na naturalização das diferenças humanas. (Maldonado-Torres, 2022, p. 22-23).

Esses corpos das diferenças não-binários, a exemplo dos corpos transexuais, travestis, mas também os corpos gays, lésbicos, os não-cisgêneros nas suas múltiplas diferenças, não foram/são exclusivamente “apenas” colonizados desde o século XVI. Se naquele projeto os corpos não-europeus foram dizimados e/ou colonizados/racializados, nos casos de países situados aos Suls-globais americano e africano, em “prol” de uma lógica de modernização como salvação de bárbaros, porque não trabalhavam, mais foi porque aquela tinha como projeto maior o enriquecimento. Na atualidade, mas sem se desvincular daquela, os corpos de trans e travestis, gays, lésbicas e não-cisgêneros são também (não)percebidos por serem descreditados de existência humana; a partir do maior grau possível de desumanização, porque são vistos como aberrações, desgraças, estabelecidas por aqueles que supostamente cumprem aos padrões estabelecidos pelos sistemas oficiais imperantes: educacional, político, social, cultural, ético e estético, logo, também artisticamente falando.

O ceticismo misantrópico expressa dúvidas em relação ao mais óbvio. Afirmações como “você humano” assumem formas de perguntas retóricas cínicas, tais como: “será que você é humano?” “Você tem direitos” se transforma em “por que você pensa que tem direitos?” Da mesma maneira, expressões como “você é um ser racional” se convertem na pergunta: “será que você é realmente racional?” (Maldonado-Torres, 2022, p. 23).

Sexo não tem nada a ver com gênero! Uma afirmativa que a princípio parece óbvia para todo mundo. Mas vá perguntar para quem vive a transexualidade, para quem vive a travestilidade, para quem vive a não-heteronormatividade de gênero, para as pessoas de gêneros não-binários para ver: definitivamente a questão, ou as questões são bem mais problemáticas e complexas do que uma simples comparação entre gênero e sexo; sendo esses/as de não-gêneros que acabam sendo a mesma coisa que sexo. Quer dizer, distintamente nas culturas ocidentais as “categorias” já normativas de “transexualidade”, “travesti”, “homossexualidade” ou “heterossexualidade” e



“sexualidade” têm, aos seus modos, definições conceituais que literalmente devem acerrar as *condições* e as *situações* dos corpos de sujeitos que ocupam essas definições. Do mesmo modo, a atuação sexual de cada um/uma/un, nessas diferentes condições/características/opções/orientações/entre outros definidos como categorias de corpos diferentes, muitas vezes ditas como atuações pelos sistemas oficiais, acabam por ter como cabresto a lógica heteronormativa colonial como princípio de organização social. Portanto, esses corpos sequer podem ser dotados de racionalidade, direitos, mas também de arte, cultura e conhecimentos, dirá, então, de humanidade/existência a partir das suas *diversidades epistêmicas* (Bessa-Oliveira, 2019).<sup>5</sup>

Nesta seara, é preciso que nos perguntemos em quais os campos nossas pesquisas estão atuando? Pois, em sendo pesquisas com fins de exclusão/extinção, nos preceitos como modernos, essas já nem o deveriam existir no ambiente universitário que pré-roga a narrativa de espaço do saber: seria no mínimo descabida tais existências dada a situação histórico-temporal das universidades atuais. Mas, se as pesquisas têm princípios pós-modernos, o campo da universidade acaba por ser também questionado entendendo este espaço como universo do conhecimento. Daí, cabe a exclamativa-interrogação: mas todos os conhecimentos cabem em um único espaço teórico-crítico-temporal do saber!? Quer dizer: como universalizar os conhecimentos (corpos e seus fazeres) considerando uma única opção de saber teórico-crítica, filosófica-pedagógica-artística que homogeneiza assimilando as diferenças em prol de uma única lógica universal? Tais questões acabam, portanto, demonstrando que a universidade vem sendo Uni-verso de uma continua opção de produção de saber; a partir do século XVI com perspectiva europeia; do século XIX em diante ancorada na produção estadunidense: a primeira reforçando a colonização e a seguinte ressaltando as colonialidades do poder com princípios naquela, mas agora com mais fins lucrativos e de submissões de corpos das diferenças que nunca.

### Contra-método de razão (moderna e pós-moderna) descolonial

“[...] estão configurando mecanismos burocráticos na definição e no controle da agenda de pesquisa [...]. [...] Um tipo de capitalismo acadêmico que nega a universidade como espaço público de debate, discussão, análise e crítica. [...] Um tipo de *colonialismo acadêmico* que nega a experiência e a história da universidade [...] e ignora seu papel fundamental como repositório da cultura nacional, o que está fazendo com que ela perca seu significado e horizonte.” (Villavicencio, 2013b: 8-9, Walsh, 2015, p. 110-111, grifos do texto, tradução livre minha<sup>6</sup>).

A universidade ocidental veio sendo pensada e se constituindo e acabou por ser consolidada como o local fundamental do saber Moderno. Catedraticamente, as universidades são hoje, por mais que pensam não ser, espaços de conhecimento científico apartados da sociedade humana e dos mundos. Logo, na esteira de Catherine Wash e María Eugenia Borsani (2015), é claramente possível dizer que as universidades brasileiras como foram criadas, vieram se estreitando e se consolidaram por meio da ciência Moderna, e, são, ainda que essas pensem não ser também, *desumanizadas* e *desmundializadas*. Do mesmo modo, as Escolas, Academias, Instituições (Fundações, Secretarias, Museus, Associações, entre outros) de Arte no Brasil, foram erguidas a fim de resguardar, com a mesma cátedra, a produção da coroa que aportara em terras brasileiras nos idos anos de ocupações coloniais. Assim, não é muito divergente entender porque as Universidades e os cursos de Arte, nas suas diferentes linguagens hoje “consolidados” no Brasil, bem como algumas situações de cursos de

<sup>5</sup> É também sobre isso que este ensaio se quer compreendido, diversidade epistêmica: corpos das diferenças produzem arte, cultura e conhecimentos de formas diferentes? por que não, então, não se situariam no mundo de modos outros?

<sup>6</sup> “[...] están configurando mecanismos burocráticos en la definición y control de la agenda de investigación [...]. [...] Una suerte de capitalismo académico que niega la universidad como espacio público de debate, discusión, análisis y crítica. [...] Una suerte de colonialismo académico que niega la experiencia, la historia de la universidad [...] e ignora su papel fundamental como repositorio de la cultura nacional que está haciendo perder su sentido y horizonte.” (Villavicencio, 2013b: 8-9, Walsh, 2015, p. 110-111).

nível de graduação e de pós-graduação em Educação são restritivos nos conhecimentos científicos Modernos para resguardar lugares institucionais de saber como poder<sup>7</sup>: evidentemente, então, *desumanizadas e desmundializadas*, mortos de vidas e de artes, do mesmo jeito apartados dos mundos dessas vidas e artes, as universidades estão para se consolidarem por meio e como um *colonialismo acadêmico*.<sup>8</sup>

A partir disso, é possível compreender, também, como vem sendo tratada a Formação de Professores, nos distintos níveis aqui em questão, nas Universidades brasileiras. Privilegia-se um método de razão moderna, no máximo quando muito pós-moderno (*uma mera desrazão, ou (des) razão* (Nolasco, 2018)), a fim de consolidarem-se como um espaço do conhecimento que é da ordem científica moderna universal: controlando corpos e subjetividades por meio de uma colonialidade do saber. Assim, por mais que a concorrência entre Ciência e Arte, bem como Ciência e Educação, como as conhecemos, não se consolidam na consciência até mesmo desses profissionais docentes (modernos/pós-modernos) desses cursos de Formação Docente. É na prática que ambos, artistas e professores, ainda que pensados agora desvinculados num e noutro como artista-educador e pedagogo-professor (mas lembro que da minha lógica descolonial artista-docente-pesquisador é uma coisa una), que, por meio de um repertório teórico-didático-metodológico moderno e/ou pós-moderno, exterminam ou assimilam, quando muito, corpos das diferenças.<sup>9</sup>

Ao trazer à baila um contra-método de razão descolonial (como sendo de uma *razão outra*) para a construção das minhas argumentações acerca da proposição de discutir gênero e descolonização do pensar sobre sexualidades, por meio de perspectivas que emergem *a partir de* corpos transexuais, travestis e as demais “variações” contempladas pelo “Glossário” LGBTQIAPN+, oriento aos/às/es leitores que minhas abordagens não estão nem na lógica do pensar do projeto moderno que exterminou a diferença, mas também não quero a proposta de assimilação do projeto pós-moderno que ilude propondo aceitação quando torna o diferente semelhante anulando-o. Nem Um (moderno) ou um Outro (pós-moderno) que somente Si veem a Si-mesmos no outro como inferior me servem para contemplar a *razão outra* descolonizada que busco: uma razão outra que está nos corpos-sendo trans, travesti, gays, lésbicas, entre outros/as/es com suas produções de arte, cultura e conhecimentos. E não é por incapacidade daqueles projetos, é por impossibilidade deles se pensarem sendo-nós-como-outros. Portanto, por incompletude de olhar das suas intenções.

Se trago essa discussão acerca da razão outra na pesquisa acadêmica hoje, é por que, depois de observado todos os textos que compõem este livro, constatei tratar-se, na verdade,

7 “Quando D. João VI aportou no Brasil, para daí governar Portugal, criou as primeiras escolas de educação superior: Faculdade de Medicina, para preparar médicos para cuidar da saúde da corte; Faculdades de Direito, para preparar a elite política local; Escola Militar, para defender o país de invasores e uma Academia de Belas-Artes. Portanto, o ensino das Humanidades começou no Brasil pela Arte.” (Barbosa, 1995, p. 60). Mas diferente do que foi possível ser pensado pela autora à época, é claro e obviamente possível hoje pensar por que o ensino de Arte em Portugal era muito precário em relação ao ensinado em Arte agora no Brasil: a criação deste deu-se em função da Coroa. Não foi em atenção, assim como foi a medicina, o direito e foi as Forças Militares, para “educar” e “resguardando”, nos melhores sentidos dos termos, a população originária e a trazida à força para cá: indígenas e africanos. Esses deveriam ser, no máximo, entretidos por um fazer artístico que controlasse e ludibriasse suas subjetividades ressaltando apenas aspectos coloniais/controladores.

8 A discussão sobre a “Arte que é morta de arte” é foco em outra proposição em desenvolvimento. Pois, naquela, estou propondo discutir a questão de que ao a Arte sistêmica desvincular-se da arte performática, socioculturalmente falando, para privilegiar narrativas hegemônicas constituídas em tempo e lugar específicos (europeu e/ou estadunidense), ao apegar-se em valores e políticas econômicas em franca evidência, esta Arte, especialmente a nominada de “Arte Contemporânea” acaba esvaziada de vidas (arte) e de mundos (fronteiras) humanos para ser Sistêmica.

9 Esta afirmativa está levando em consideração exatamente ao que se expôs. Ao privilegiarem repertórios de trabalhos específicos – teórico-crítico e/ou artístico – professores, artistas e/ou pedagogos, acabam por deslegitimar, ainda que sob uma lógica de assimilar, quaisquer outras possibilidades de arte, cultura e conhecimentos dentro dos espaços das universidades, escolas ou em outras instituições. Pois, como já dito antes aqui mesmo, ora esses corpos são abstratos como meros objetos de pesquisas (modernas), ora são assimilados como exemplos das atrocidades cometidas pelos próprios corpos heteronormativos na pós-modernidade. Do mesmo jeito, esses corpos trans e travestis (corpos das diferenças coloniais) nunca são convocados às instituições para falarem a partir de si.

de uma prática outra que está sendo posta em execução, por meio da reflexão de base pós-colonial, ou pós-ocidental, ou simplesmente fronteiriça, como prefiro. Endossa minha observação quanto à prática da qual os trabalhos se valem, as palavras, expressões, ou até mesmo conceitos empregados por quase todos os textos, como os de fronteira, pesquisa em arte, biogeografia, cultura local, arte-educação, artista-professor-pesquisador, paisagens biográficas, entre tantos outros. (Nolasco, 2018, p. 11).

Baseado no princípio de que cada corpo é propositor de um fazer artístico e de conhecimentos que emergem em lugares específicos, de-finitos, quase sempre, pelos projetos teórico e artístico moderno e pós-moderno, como lugares alheios aos centros de fazer e pensar. Encimo-me pensar corpos das diferenças *a partir* do conceito epistêmico descolonial de *biogeografias* – *bio* = sujeitos específicos; *geo* = espaços enunciativos e *grafias* = narrativas emergentes a partir desses sujeitos-corpos situados em seus lugares epistêmicos: esses últimos definidos como lócus enunciativo fronteiriço crítico *biogeográfico*.<sup>10</sup> Assim, entendendo esta proposição, o *a partir de* – que até agora tem vindo grafado – é significativo e fundamental para fazer evidenciar que corpos das diferenças além de colonizados foram racializados para a emergência dos respectivos projetos homogeneizadores: o primeiro (séc. XVI) por meio das colonizações impositivas e o segundo com base na lógica do suposto acesso a tudo igual para todos (séc. XIX em diante) que acabam por iludir àqueles/aquelas que se veem necessariamente como tendo que ser iguais àqueles que controlam.

Neste tocante, a Universidade é significativamente contribuinte da reverberação desses controles corpóreos e subjetivos ao passo que se fortalece, ainda mais hoje, em lógicas de *inovação*, *tecnologização* e *internacionalização* dos seus sistemas de ensino e formativo.<sup>11</sup> Em ambos, a situação do ensino e a formação já se dão, claramente, baseados em repertórios moderno e pós-moderno que tratam conteúdos e metodologias didáticas a partir de bibliografias, quase sempre, senão sempre, teórico-críticas migrados dos nortes-globais como principais referências em todas as suas situações. Ora mais, ora menos, vindos da Europa e/ou dos Estados Unidos, professores-formadores se baseiam, da fenomenologia hegeliana/heideggeriana ao materialismo dialético histórico-crítico marxista como únicas referências que contemplariam, nas suas lógicas, “ser” corpos, produtores e/ou subjugados, respectivamente. Do mesmo modo, não se trata de incapacidade desses, mas pelo fato de simplesmente não poderem ser-nós-outros.

A problemática é que ambos, professores-artistas e professores-formadores acabam por não perceber que os dois, fenomenologia e marxismo, nas suas respectivas “boas intenções” para com os Suls, acabam por não considerarem corpos das diferenças colonizados/racializados – mesmo étnico-raciais, quando muito –, mas também não consideram “sistemas econômicos”, que sejam outros como possivelmente vigentes. Ambos não consideraram para suas reflexões economias e tecnologias indígenas e/ou fenômenos humanos (*homem-homem*) diferentes dos europeus: homem *versus* (contra-ataca) Natureza. Nesse sentido, é preciso perguntar-nos: será que ambos, fenomenologia e o marxismo o seriam capazes de pensar, sequer imaginar, as trans-formações corpóreas, estruturais e subjetivas do/no/com o glossário LGBTQIAPN+? Evidentemente que não. Responderíamos!<sup>12</sup> Entretanto, a pergunta anterior deve ser compreendida como não sendo

10 Cf. Bessa-Oliveira, 2020; 2020a; 2020b, por exemplo.

11 Sobre a lógica da tecnologização, me valendo desta como uma tecnocolonialidade para o saber, vale conferir, especialmente, mas não somente, meu livro Educação, Tecnocolonialidade, Docência Remota & a Covid-19, 2020a. Pois, desde o período pandêmico (2019/2020) assolam a Universidade as prerrogativas produtivistas comerciais que visam as mesmas lógicas de desenvolvimento e progresso, por meio do controle das subjetividades e dos corpos para o trabalho, sob nomenclaturas que dizem querer ressaltar o desenvolvimento social do Ter. Sobre isso, tenho discutido de 2022 para cá questões relacionadas à Educação/Universidade/Escola versus “Inovação, Tecnologia e Internacionalização” e “Flexibilização, Extensão e Sustentabilidade” implementados obrigatoriamente nos currículos.

12 Neste tocante, um atual orientando do Mestrado Profissional – PROFEDUC-UEMS, Mauricio Nars, está desenvolvendo uma pesquisa (2023-2024) em que uma das perguntas basilares tangência a lógica de que “será que pensaríamos, a cinquenta anos atrás, na ideia da necessidade de existirem banheiros neutros nas escolas?”. Evidentemente, as trans-formações corpóreas, estruturais e subjetivas, das quais me refiro como sendo “do/no/com” o glossário LGBTQIAPN+, interferem no todo de uma estrutura social-política-econômica-cultural – não



dirigida à Karl Marx e Friedrich Engels ou para e Hegel (Georg Wilhelm Friedrich Hegel) e Martin Heidegger; desculpendo-os por suas temporalidades históricas (esses estão mortos!). Mas, claro e cristalino, minha pergunta se coloca em confronto aos/às/es seus/suas discípulos/as/es que são meus contemporâneos. Mais claro ainda, também deve ficar, inclusive, que a direção da questão serve para membros/membras/membres dos movimentos que compõem o glossário LGBTQIAPN+.

De uma perspectiva descolonial, é possível criticar o discurso de que uma sociedade é moderna ou atrasada em relação ao respeito pelos direitos humanos das pessoas LGBTI. Esse discurso de chamar um estado de incivilizado é reproduzido por ativistas do movimento LGBTI no sul quando eles reclamam de violações de direitos humanos contra pessoas LGBTI em seu país de origem ou em outro país no sul.

Essas reclamações se concentram em fazer comparações nas quais o Estado/Sociedade que não cumpre suas obrigações internacionais é rotulado como pouco desenvolvido, culturalmente atrasado, incivilizado, bárbaro ou selvagem. (Jiménez, 2017, s/p, tradução livre minha<sup>13</sup>).

Diante da exposição no mínimo curiosa de Cristhian Jiménez, é preciso elaborar mais uma inquirição aos/às/es meus contemporâneos/as/es artistas-professores, pedagogos-professores (de movimentos ou não) que se consideram pesquisadores das diferenças: como então, educar e produzir arte, cultura e conhecimentos considerando os repertórios teórico-críticos e didático-metodológicos, e, igualmente, métodos, objetos, objetivos (geral e específicos), metodologias, análises e resultados – de razões modernas e pós-modernas – que literalmente objetificam e abstraem, quando muito assimilam, todos/as/es os/as/es corpos (e corpos) das/nas suas respectivas pesquisas científicas acadêmico-universitárias e artísticas?<sup>14</sup> Pois, essas pesquisas, certamente, baseiam-se nas lógicas de cientificar um conhecimento adquirido observado por meios abstratos e abstraídos de corpos e mundos, e/ou, mais recentemente, a fim de inovar e internacionalizar comercialmente conhecimentos científicos que correspondam às lógicas de universalização ou de globalização de um supostamente despretensioso, assim, como também nomina Walsh por meio de Arturo Villavicencio, *capitalismo acadêmico*. Um capitalismo acadêmico que, certamente, mais ainda tem se colocado nas Universidades e Escolas como epistemicida em relação às práticas e produções das diferenças.

Neste sentido, *a partir de/com*, e não para e sobre (essas como pretensões das pesquisas modernas e pós-modernas que objetificam o corpo e abstraem as subjetividades da diferença colonial ressaltando seus aspectos exóticos culturais em relação aos aspectos formais, científicos e ontológicos europeus e/ou estadunidenses), expõem nas pesquisas de base (de razão *outra*) com um pensamento descolonial ou descolonizado, como tenho preferido, a exterioridade fronteiriça como epistêmica dos corpos das diferenças coloniais que foram racializados para sustentar as diferenças culturais como princípio simplista ainda na atualidade daquelas pesquisas. Como lugar da exterioridade, em que corpos (e corpos) habitam fronteiras epistêmicas, as pesquisas de pensamento descolonial querem, antes de qualquer coisa, evidenciar suas especificidades a partir de seus próprios corpos, contextos e narrativas = *biogeografias*.

---

restrita exclusivamente no corpo obrigado ao trabalho nem como fenômeno (contra) a Natureza – que envolve também ética, estética e direitos e deveres de todos/todas/es.

13 “Desde la perspectiva descolonial se puede criticar el discurso de que una sociedad es moderna o atrasada en relación al respeto de los derechos humanos de las personas LGBTI. Dicho discurso de llamar de no civilizado a un Estado es reproducido por activistas del movimiento LGBTI del sur al reclamar ante violaciones a los derechos humanos de las personas de este colectivo en su país de origen u otro localizado al sur.

Estas reclamaciones se concentran en realizar comparaciones en las cuales se etiqueta al Estado/Sociedad que no cumple con sus obligaciones internacionales como pobremente desarrollado, culturalmente atrasado, no civilizado, bárbaro o salvaje.” (Jiménez, 2017, s/p).

14 Aqui fiz questão de usar o termo “corpas” para situar minha investigação epistêmico-descolonial o mais próxima possível dos corpos das diferenças. Pois, ainda que em suposto desacordo à ortografia da norma culta da língua portuguesa brasileira vigente, esses corpos e corpas diferentes estão utilizando os termos “corpos”, “corpas” e até “corpes” para identificarem e definirem-se desvinculados/as/es das lógicas cisgênero de masculino e feminino. Logo, sequer a língua enquanto estrutura gramatical é possível de sustentar-se diante de situações e condições como essas.

Nesse sentido, não é demais reiterar que as narrativas da memória homobiográficas de Silviano deslocam, sensivelmente, a prática da razão do discurso literário moderno que imperou quase sempre dentro do país, principalmente quando não levou em conta as diferenças coloniais. O discurso biográfico fronteiro de Silviano, ou melhor, seu projeto homobiográfico fronteiro se ancora a partir das heranças coloniais do país e, por erigir seu discurso a partir da diferença colonial, acaba por propor uma descentralização das fronteiras internas do país e ajuda-nos a todos a nos compreender como sujeito do sul da *exterioridade*. (Nolasco, 2018a, p. 86).

Do mesmo modo, a base descolonial desconsidera a lógica marxista como única possibilidade de relacionar corpo com/nas pesquisas acadêmicas, exatamente porque, num primeiro olhar, aquela proposição epistêmica não se baseia na racialização dos corpos. Quer dizer, sequer para considerar o princípio do trabalho para a classificação social, os materialistas histórico-dialéticos não levam em conta que determinados corpos (indígenas, femininos, negros, pretos, entre outros) são mais ainda submetidos à categoria de corpos apenas para o trabalho. Nem mesmo suas “análises” consideram que possam existir outras rotas de convivência que não levam em consideração apenas trabalhar para ter. Mas, meu princípio descolonizado quer e vai além, pois, nesta situação, coloco como condição a lógica de que sequer determinados corpos e/ou corpos foram, antes de tudo, considerados corpos porque foram desumanizados e desmundializados. Logo, esses, evidentemente, não existem – sem corpo não se tem lugar (geografia) e história (tempo) – nem sequer para serem corpos para o trabalho como forma de classificação já que são, LGBTQIAPN+ que, ao “menos” racializados, nem podem ser, porque são desumanizados menor que a categoria de animalizados, imaginemos serem corpos para o trabalho como repertório de classificação social.

Embora nas últimas duas décadas (especialmente após a queda da União Soviética) as universidades (principalmente nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, mas também no resto do mundo, da Argentina à Índia) tenham adotado valores corporativos ou neoliberais (em vez dos valores humanísticos da universidade kantiana-humboldtiana que foram dominantes de 1900 a 1945), a universidade corporativa recentemente alcançou a preeminência. Não é de se surpreender, portanto, que a atual reorientação das universidades esteja estritamente relacionada aos valores corporativos e às necessidades comerciais. (Mignolo, 2015, p. 86, tradução livre minha<sup>15</sup>).

Dirigida para ser o que se tornaram hoje, nas universidades, especialmente porque essas estão se vinculando cada vez mais às lógicas de inovação e internacionalização – o que ainda insisto em acreditar que o fazem por não perceberem as manobras dos sistemas coloniais e colonizadores vigentes –, os formadores acabam corroborando tais obrigações comerciais à medida que reforçam repertórios, teóricos e artísticos, também migrados dos centros hegemônicos, para situar o produtivismo acadêmico-institucional em troca de um frágil e eleitoreiro assistencialismo. Descorporificam as pesquisas a fim de que essas sejam, cada vez mais, na lógica deles, desvinculadas de particularidades locais para alcançarem uma suposta universalidade global do conhecimento. Pesquisadores locais deslegitimam fazeres artístico-cultural-conhecimentos locais em prol de um legado da tradição internacional que sequer fizeram parte ou poderão um dia fazer. Igualmente, tratam de corpos (e corpos) que não existem para esses mesmos sistemas como se esses pudessem

15 “A pesar de que en las últimas dos décadas (especialmente después de la caída de la Unión Soviética) las universidades (especialmente en los Estados Unidos y Europa Occidental, pero también en el resto el mundo, de Argentina a la India) han abrazado valores corporativos o neoliberales (en lugar de los valores humanísticos de la universidad kantiana-humboldtiana que fueron dominantes de 1900 a 1945), la universidad corporativa ha alcanzado recientemente preeminencia. No debe sorprendernos, entonces, que la actual reorientación de las universidades se relacione estrictamente con los valores corporativos y las necesidades empresariales.” (Mignolo, 2015, p. 86).

existir (des)graças às benevolências de lógicas assimilacionistas pós-modernas.

Baseados em um padrão normativo de/para julgamento/classificação – métodos, objetos, objetivos (geral e específicos), metodologias, análises e resultados – de construção de pesquisas acadêmico-científicas, professores (artistas e pedagogos), muitas vezes, esvaziam a possibilidade, no próprio alunado, de pensar possibilidades investigativas *outras* que estariam repletas de vidas e de mundos (muitas vezes próprios). Mas é evidente que, em muitos casos também, não sendo uma realidade isolada (nas cátedras e catedráticos), esses mesmos recursos investigativos normativos para julgamentos classificativos encontram lugar nos corpos (e até mesmo em corpos) de alunos/alunas/alunes que não se veem sem corpos/as e mundos. Pois, na universidade fazem o treino para ser inconsciente desse corpo padrão que, facilmente, corpos (até não-padronizados) recebem esse treino aprendendo como fazer/repetir repertórios descorporificados e desmundializados nas escolas, academias, instituições e em outros espaços; incluindo aí até em espaços não-formais de ensino, literalmente como lugares de transferência de um conhecimento a saber e a aprender sobre Arte e Educação.

Pensar de forma descolonial significa desvincular-se das pressuposições da epistemologia moderna baseada na distinção entre o sujeito cognoscente e o objeto a ser conhecido. [...]. Mas, sem dúvida, é mais do que isso. A descolonialidade é o processo de buscar ser no mundo e fazer nesse ser (kuscheanamente falando), desobedecendo ao que a retórica da modernidade e do desenvolvimento quer que sejamos e façamos. (Mignolo, Lorca, 2014, p. 2, tradução livre minha<sup>16</sup>).

Por último, em relação ao meu contra-método de produção de pesquisa de *razão outra*, a saber, descolonizado, observo que a universidade produz (por corpos de professores pedagogos e artistas) um conhecimento padrão que é repetido na escola (por professores artistas arte-educadores e pedagogos) que priorizam padrões (gregos) em detrimento das diferenças deslegitimando-as como *pseudo-artes* e *pseudo-educação*. Reforçam, muitas vezes, quase sempre quando penso na colonização, mas para além dessa, condições de subserviência também de corpos (e corpos) da exterioridade e/ou da desumanidade que esses sujeitos também ocupam.<sup>17</sup> Portanto, deste meu princípio, abstrair de corpo e alma e mundos, as pesquisas na arte e na educação, do mesmo jeito também na cultura, esvaziando-as de *personae* a fim de definir melhor características científicas como Ciência em Arte e/ou Educação, é o mesmo que tratar nossas diferenças como desumanizadas e desmundializadas: sem gente e sem mundos para fazerem parte de gentes e mundos que nunca nos quiseram presentes neles.<sup>18</sup> Assim, “Quando, nas propostas de tese se lê “meu objeto de estudo é X” e “meu método é Z”, sabemos que estamos em plena colonialidade do saber. Mas, sem dúvida, é mais do que isto.” (Mignolo, Lorca, 2014, p. 2, tradução livre minha<sup>19</sup>). Estamos falando da “colonialidade do ser” em pesquisas sem corpos/corpos/corpes que querem o sucesso no empreendedorismo educacional.

16 “Pensar descolonialmente significa desengancharse de los presupuestos de la epistemología moderna basados en la distinción entre sujeto cognoscente y objeto a conocer. [...] Pero sin dudas más que esto. La decolonialidad son los procesos a la búsqueda de un estar en el mundo y hacer en ese estar (kuscheanamente dicho), desobedeciendo a lo que la retórica de la modernidad y el desarrollo quiere que seamos y hagamos.” (Mignolo, Lorca, 2014, p. 2).

17 Há, claramente, um legado de corpos e até de corpos e corpos da exterioridade, artístico e educacional – dentro e fora das universidades e escolas –, que prioriza o eurocentrismo e o norte-americanismo como lógicas de vidas até para si próprios/as/es pensando fazerem parte desses. Como legados de europanismo e norte-americanismo esses profissionais, literalmente, repetem conteúdo anos à fio aos seus/suas alunos/as/es impondo a padronização desses/as como se não estivessem, eles/elas próprios/as/es enjaulados nesses.

18 É muito mais curioso ainda que algumas pesquisas dessas naturezas, modernas e pós-modernas, são esvaziadas até de corpo e mundo europeus e/ou estadunidenses. Sendo pesquisas artísticas e/ou educacionais, essas, certamente, querem muito mais ainda aproximação da lógica cartesiana de razão sem emoção para autoafirmarem-se como Ciência/Científicas.

19 “Cuando en las propuestas de tesis unolee “mi objeto de estudio es X” y “mi método es Z”, sabemos que estamos en plena colonialidad del saber. Pero sin dudas más que esto.” (Mignolo, Lorca, 2014, p. 2).

## Antes de objetos de (re)existências, nem como corpos/corpas parecem existir

““O seu corpo é uma ocupação”, descreve-se em terceira pessoa a artista paulistana Linn da Quebrada, no vídeo *BlasFêmea*.” (Site Farofa, 2017, s/p).

O corpo é objetivo e objeto de punição e de punir desde o primeiro momento em que foi apartado da emoção e, do mesmo jeito, ao corpo diferente, em relação ao corpo cisgênero heteronormativo masculino branco, foi decretado punição e submissão para punir; primeiro até para o conceito criado de corpo feminino branco, mas, fica claro, que além de submissão, aos corpos masculinos não-brancos foram atribuídos a escravidão, submissão e punição, e, aos corpos femininos não-brancos, a submissão e a escravidão, punição e como forma de punir o prazer sexual a reprodução empenhadas por aqueles homens e esses – brancos e não-brancos – para atender ao padrão heteronormativo colonizador. Consequentemente, esta lógica de punir o prazer sexual vinculando exclusivamente à reprodução, acaba por castigar com a guilhotina o corpo-prazer não heteronormativo. Mais ainda no caso de corpos não-cisgêneros héteros, brancos e não-brancos, é possível dizer que estariam sob um apartamento social, uma submissão, punição que permite punir porque foram também racializados – primeiro porque não servem sequer para procriação, como fomenta o Cristiano – que são ainda de ordem de inexistência humana porque estariam esvaziados do direito de emoção, mas mais ainda de razão. Segundo porque não servem à lógica comercial; hoje, nem mais como mercadoria vendável. Como uma reação em cadeia (com o objetivo e objeto de submeter, punir, racializar, desumanizar, exterminar) corpos/corpas/corpes “não-existem” para Sistemas Oficiais. Os corpos não-cisgêneros são corpos do antes. Não vazios. Mas são corpos libertos, não libertados. São corpos que precisam ter direitos, não que precisam ser endireitados. Porque são corpos que vivem a lógica de corpos que eram livres antes das classificações do corpo hoje estabelecidas numa única lógica de pensamento sobre gênero e sexualidade: heteronormativos.

As conquistas do *ego cogito* e da racionalidade instrumental operam dentro da lógica que o ceticismo misantrópico ajudou a estabelecer. Essa é a razão pela qual a ideia de progresso sempre significou, na Modernidade, progresso apenas para alguns, e pela qual os direitos do homem não se aplicam igualmente a todos, entre outras óbvias contradições. O ceticismo misantrópico provê a base para uma opção preferencial pelo *ego conquirio*, o qual explica como se pode conceber que a proteção de alguns seja obtida às custas da vida de outros. A *atitude imperial* promove uma atitude fundamentalmente genocida no que concerne aos sujeitos colonizados e racializados. Ela se encarrega de identificar os sujeitos coloniais e racializados como dispensáveis. (Maldonado-Torres, 2022, p. 23-24).

Da mesma forma que operam os padrões sistêmicos para sexualizar punitivamente com a reprodutibilidade (técnica, quase, diria) os corpos/as/es transexuais e travestis, além de gays, lésbicos e corpos/as/es não-binários de outras ordens. O paraíso hétero cristão – Adão e Eva – construído para reproduzir esta forma de controle sobre os corpos das diferenças mantém-se como única possibilidade de ser corpo ainda na atualidade. Igualmente se mantém a mesma lógica de que a destruidora do reinado de amor fraternal e de um mundo melhor (Eden) segue sendo a mulher hétero em relação à figura do homem heteronormativo. Mas segundo a cantora Majur, “a transgeneridade é futuro”<sup>20</sup>. E isto se deve ao fato de que o mundo trans – e aqui não precisamos restringir a gênero, sexo, sexualidade e/ou travestis e travestilidades, mas para falar literalmente de diferenças culturais sob a insígnia de um mundo possível transcultural – é um porvir de mundo não homofóbico, não transfóbico, não lesbofóbico, mas também não racista, não sexista, não xenofóbico, não outros preconceitos quaisquer que estruturam, inclusive, as formas de ser e sentir

neste mundo em que vivemos. Sem querer simplista e/ou portador de bandeiras ideológicas, o “mundo de delícias”, o paraíso, o éden do futuro precisa ser Majur, Liniker, Thammy, indígena, africano, preto, mas também branco, feminino, masculino, não-binário ..., esses repletos de direitos de existirem com suas emoções livremente.

Nos últimos anos, a universidade pública vem tentando retomar território perdido. Uma lógica talvez não preocupada pelas instituições de organização privada.<sup>21</sup> Mas aquelas, as públicas, das quais me pertença a uma, UEMS (Mato Grosso do Sul-Brasil), têm se voltado para uma inovação e uma internacionalização, igualmente tem buscado uma tecnologização, de algum modo forçadas pelos próprios poderes públicos (municipais, estaduais e federal) – que vinculam “incentivos” financeiros ao produtivismo docente e discente.<sup>22</sup> É evidente com isso que tais tentativas de retomar territórios nas Sociedades e para os Estados (e até mesmo para corporações privadas) não estão sob a lógica, exclusiva, de voltarem às tentativas históricas das universidades quando das suas criações para fins sociais. Nesta instituição à qual estou vinculado, nem mesmo os preceitos de Extensão e Sustentabilidade, senão de Flexibilização e até de Sindicato e DCE não têm conseguem escapar da dominação mercantil-capitalista. Aquele território, da universalização do conhecimento social (elitista que fosse), parece estar, cada dia mais, longe do ideário de universidade para o Estado e até mesmo para a Sociedade.<sup>23</sup> Do mesmo jeito, o lugar social (não assistencialista) da Universidade parece estar destituído do ideário como desejo da própria universidade que parece quer-se cada vez mais próxima dos Universos de inovação, internacionalização e tecnologia, extensão, sustentabilidade e flexibilização mercantis de produção de produtos.

Isto, ao certo, distancia, por mais que me é evidente, a necessidade da universidade também ser esse espaço de trans-formação (ainda que de inovação, internacional e tecnológico), dos corpos das diferenças, pois esta trans-formação deve ser e estar, para mim também, fundamentada a partir das diferenças sistêmicas socioculturais do conviver e não restrita a poderes que querem controlar. Assim, a universidade não somente proporia voltar a ter sua intenção de quando da sua criação – universidades de saberes –, mas, mais próxima da intenção descolonial, o seria uma Pluri-versalidade de corpos, saberes (teóricos e teorias), conhecimentos, pensares e sentires para desenvolvimento de fazeres-sendo cada um/uma/un a partir da sua *diversalidade* (Bessa-Oliveira, 2019). A universidade, evidentemente, teria vidas e mundos – corpos e espaços – que estariam circunstanciados nas *biogeografias*: tanto as que ocupam hoje as centralidades, quanto as que ocupam as fronteiras como exterioridades às interioridades das centralidades, mas ambos como lugares de pensar-sendo na sua diferença para fazerem-sendo artes, culturas e conhecimentos.

Ancorando-se nesta possibilidade, as universidades (também as escolas como espaços intervindos por aquelas) poderiam voltar a ser espaços de convivência, ao menos, já que priorizamos, a partir do pensamento descolonizado a convivialidade, de corpos/corpos/corpes diferentes aos padrões estabelecidos de produção de arte, cultura e conhecimentos. Mas é evidente que como esta instituição já se encontra, soa meio absurdo a lógica de conhecimentos diferentes ocuparem seus espaços institucionais e corredores, laboratórios e salas de aulas. Assim como parece soar decretar o fim da ciência uma travesti ou uma pessoa trans ensinar Engenharia Civil, Direito, Medicina ou um indígena falar de Tecnologia Eletrônica, mais ainda um afrobrasileiro ou africano falar de Economia.

21 Essas instituições de organização privada a que me refiro já nascem, na sua maioria, sob o preceito de serem empresas comerciais que “vendem” – ainda que num bom esforço de sentido – trabalhos relacionados à Educação nas suas diferentes áreas do conhecimento. Logo, estão exatamente, ainda que de um modo um pouco (bastante, talvez) piorado, nos seus respectivos lugares.

22 Vejo hoje uma referência ao que escreveu Catherine Walsh (2015) a respeito das instituições universitárias no Equador quando da proposição do Estado-nação (2010) da especialização do corpo docente das suas instituições: “ou seja, para desenvolver, modernizar e universalizar. Dessa forma, ela está substituindo os cursos e programas existentes nas universidades nacionais e seus professores, por sua vez promulgando cada vez mais a reificação das ciências tecnológicas, produtivas e “universais” e a inutilidade das ciências humanas [...]” (p. 115, tradução livre minha). “es decir desarrollar, modernizar y universalizarla. De esta manera, va desplazando carreras y programas existentes en las universidades nacionales y sus docentes, promulgando a su vez, y cada vez más, la reificación de las ciencias tecnológicas, productivas y “universales”, y la inutilidad de las humanidades [...]” (Walsh, 2015, p. 115).

23 Nos últimos anos ficou evidente para todos no Brasil e em outros países, senão para quase todos, a instauração – estatal –, para a sociedade, da descreditação da universidade como espaço de produção de conhecimentos. Mas não vou me adentrar a este lugar de discussão aqui considerando já tê-lo feito, quase que a contento, em outras situações aqui também já referenciadas.



Afinal, a lógica da universidade ainda é, mesmo que abrindo espaços para esses corpos das diferenças a adentrarem-na como diferentes e às vezes até divergentes – por meio de bolsas, cotas, projetos e até incentivos e/ou apoios de permanência, casos da UEMS – formatá-los sob e sobre um conhecimento acadêmico-disciplinar (euroestadunidense) quase sempre (e muito quase sempre) que quer enquadrá-los em condições e situações padrões de ser corpo: sem emoção para defender a razão de Ter, quando ainda conseguem. Muitas vezes os indígenas, afrodescendentes, transexuais e travestis, entre outras diferenças coloniais e culturais, são enquadrados em conhecimentos que migraram e continuam migrando da Europa e dos Estados Unidos (graças a docentes) que têm, quase sempre também, as mesmas bases que impediram, historicamente, corpos diferentes de existirem e, logicamente, sem direitos de ter voz e vez. Por mais que esses ainda são creditados como conhecimentos permissivos. Eis aí a lógica da benevolência pós-moderna de que falei antes.

O Trans epistemicídio faz parte do contexto social de violências, genocídio e morte simbólica de Travestis, Mulheres Transexuais, Homens Trans e demais pessoas Trans. E reflete a desvalorização, apagamento e extermínio dos saberes referenciais das pessoas trans, das suas narrativas e contribuições para a ciência. Pesquisadoras/es trans comumente são preteridos e seus trabalhos contestados pelos espaços acadêmicos. Além disso, há a dificuldade de poderem falar abertamente sobre aquilo que os representa, sentem e desejam, sem a interdição do poder da ciência. (Benevides; Lee, 2018, p. 253).

O poder da Ciência é avassalador. Como já disse antes, mesmo em não sendo eu um corpo trans, travesti, sinto o impedimento de reverberação dos conhecimentos que produzo, muitas vezes, até mesmo nos espaços institucionais nos quais estou vinculado. Seja na Área de Arte, seja na Área de Educação, sob o aval dos rótulos estabelecidos pela Ciência Moderna do que é ou deve ser ciência, a produção em arte acaba não sendo reconhecida na própria universidade, mas, mais ainda nas escolas para as quais meus/as/eis alunos/as/es são formados. Por mais que nunca quisesse meu trabalho artístico (docente-artista-pesquisador) vinculado à Ciência como este conhecimento, pois na ordem das artes a produção de conhecimento contempla outras lógicas que nem a ciência mais “aberta” ainda consegue compreender. No espaço da Educação que se quer mais íntima àquela Ciência, o fato de não ser da Área da Educação coloca barreira/fronteira na minha produção simplesmente porque aquela se enquadra algumas vezes em caixas disciplinares disciplinadas, também, erigidas pelo saber moderno, que meu trabalho não busca ocupar, mas quer, cada vez mais, escapar.<sup>24</sup>

Assim, por muitas vezes, mesmo não produzindo baseado no produtivismo acadêmico, visando ou contribuindo ao empreendedorismo educacional e para com o *capitalismo acadêmico*, várias produções que desenvolvo são restringidas apenas pela opção epistêmico descolonial ser malquista e mal interpretada. Muitas vezes compreendida superficialmente como uma crítica aos sistemas estabelecidos, prediletos de muitos professores, artistas, pesquisadores (modernos/pós-modernos), o pensamento descolonial critica (epistemicamente, não valorativa) a amplitude de alcance das propostas “oferecidas” pelos sistemas públicos e privados vigentes. Oferecidas,

24 Neste sentido, vale um comentário a respeito da área de Arte, como área de conhecimento, e seus derivados: associações, revistas acadêmicas, eventos, editais (CNPq, CAPES), entre outros. Nos últimos tempos tenho constatado que, cada vez mais, o pensamento descolonial tem sido “absorvido” pelas instituições. Mas me preocupa o fato de que, mais uma vez, um pensamento está sendo tornado disciplina teórico-acadêmica em vez de ser uma consciência epistêmica. Quer dizer, essas instituições, de modo quase geral, assim como cursos e programas de pós-graduação na área (em várias outras também) têm erigido barreiras, ainda mais altas e intransponíveis, por opção a uma saber disciplinado/controlador para projetos de naturezas descolonizadas: ora identificam determinados modelos como decolonial, ora negam, veementemente, aspectos filosóficos, artísticos e pedagógicos que não se respaldam nas mesmas referências modernas/pós-modernas, europeias/estadunidenses. Ou seja, sob a ditadura de supostamente não ser um trabalho de Arte ou não ter determinadas referências ditas “consagradas na literatura” e, pior, sob o anonimato (muitas vezes covarde) pareceristas assumem lugares neoliberais e de extrema direita conservadora no espaço que mais deveria ser permissivo às diferenças todas: das artes, das culturas e dos conhecimentos corpóreos e subjetivos.

neste sentido, estão sob suspeição porque pagamos, inclusive, pelas bolsas que são distribuídas, por exemplo, aos/às/es corpos/corpas/corpes das diferenças. Mesmo esses tendo suas emoções suplantadas pela razão moderna/pós-moderna político-disciplinar. Assim, igualmente aos conhecimentos teórico-crítico moderno e pós-moderno que não ancoram as diferenças, cotas e bolsas, na situação que temos implantadas, na sua grande maioria, são ineficientes e insuficientes às reais demandas de corpos/corpas/corpes que, de acordo com Bruna Benevides e Débora Lee, mulheres travestis pesquisadores, não têm sequer o direito de ser-corpos.<sup>25</sup>

Essas bolsas, cotas e incentivos, no caso dos corpos/corpas/corpes transexuais, travestis, mas também para gays, lésbicas e outros/as/es corpos das diferenças, precisam ser também firmados pela lógica da descolonialidade. Especialmente para tratar gêneros e para propor a descolonização do pensar sobre sexualidades, nas escolas e nas universidades, impedindo discursos ideológicos demagogos e neoliberais em defesas de exclusividades (familiares, de fé, de ciência, de raça, de gênero e de classe, entre outros), e que minimamente sejam colocados como pré-requisitos que as pesquisas, ensinos, projetos com apoios financeiros (especialmente de verbas públicas), envolvendo esses corpos/corpas/corpes, sejam realizados *a partir* das experivivências (Bessa-Oliveira, 2022) desses/as/es próprios/as/es corpos/corpas/corpes e não baseados em teóricos e teorias prediletos (*fetiches* (Dussel, 1977)) de orientadores e orientadoras heteronormativos.<sup>26</sup> Isso sim seria pensarmos em contemplar a proposta descolonial de *desatar o nó* da modernidade, para *aprender a desaprender, e aprender a reaprender cada passo* (Mignolo, 2008) com esses/as/es corpos/as/es que têm suas cartografias específicas (Santos, 2023) e diversas com sentido na diversidade. Pois, sem esses/as/es desatando os nós que lhes prendem por meio de pesquisas que lhes tratam como objetos abstratos sem corpos, conseqüentemente sem almas, as pesquisas universitárias – de arte e de educação – continuarão sem vidas e sem mundos; desumanizadas e desmundializadas; sem corpos e sem almas.

É por isso que também precisamos desconsiderar os conceitos das coisas em/no contexto do Ocidente. Porque se as coisas são conceitos, se as coisas são abstratas e podem ser abstraídas de seus mundos. Corpos/as/es têm vida própria, ainda que sob a lógica da necessidade de resistir o tempo todo para não serem mortos/as/es pelos próprios sistemas que deveriam proteger-lhes. Se a pesquisa acadêmica não serve, minimamente para evidenciar as necessidades desses/as/es corpos, é porque seu papel está sendo o de prestar um desserviço à sociedade que mais carece deste apoio. Assim, é preciso situar os pensamentos nos corpos literais das pesquisas; não em *corpus* fictício que é sem vida e sem alma, que é coisa abstrata e que pode ser abstraído pelas culturas investigativas modernas e pós-modernas que priorizam padrões punitivos. E punições não é o que buscam corpos de alunos/as/es que têm as questões de gêneros e sexualidade afloradas no corpo e na pele: o primeiro porque vivem situações diversas das cisgeneridade que, quase, senão sempre são violentas; segundo porque sofrem na pele punições em todas as instâncias por serem corpos não-cisgêneros carregando até mesmo a lógica da inexistência que, sem razão e sem poder manifestar emoções, a cada dia de vida torna-se um sinal de luta de/para viver.

A orientação da universidade deve estar nas mãos de pesquisadores, professores, artistas, jornalistas em escolas de jornalismo, que orientam a pesquisa e o ensino para o benefício do cidadão e não para o benefício de corporações, bancos e emissoras de televisão. (Mignolo, 2015, p. 91-92, tradução livre minha<sup>27</sup>).

25 É evidente e reconheço as melhores intenções acerca das propostas políticas que fazem emergir políticas públicas em prol de bolsas e incentivos, proteções e apoios de outras ordens. Mas, é certo dizer, que essas propostas políticas de dirigentes institucionais, de universidades públicas, por exemplo, sempre precisam barganhar com políticos e instituições privadas trocando favores (assistencialismo inclusivos) por verbas.

26 Sobre esta necessidade de as pesquisas terem corpos/corpas/corpes, as próprias agências reguladoras podem contribuir em fiscalizar, a exemplo da Plataforma Brasil e dos Comitês de Ética institucionais, mas também as Fundações estaduais e municipais de amparos a pesquisa, e igualmente também o próprio CNPq e a CAPES podem muito bem fazer esse trabalho regulador, que podem fazer cumprir tais regras nas pesquisas de arte e educação que se proponham tratar de gêneros não-binários com recursos financeiros públicos e com recursos humanos não-cisgêneros heteronormativos. Afinal, até o controle da Ciência não precisa emburrecer mais ninguém para se mostrar mais embrutecida do que já é.

27 “La orientación de la universidad debería estar en manos de investigadores, profesores, artistas, periodistas en las escuelas de periodismo, que orienten la investigación y la enseñanza hacia el beneficio de la ciudadanía y no de

Sob a lógica de ter que não morrer até mesmo em condição em que outros corpos têm que sobreviver, caso da perpetuação do trabalho para ter para ser, os/as/es corpos/as/es das diferenças precisam relutar diuturnamente em não continuarem mortos nas ruas e morrendo sendo objetos abstratos de pesquisas desumanas e sem mundos. A universidade tem que ter papel fundamental neste processo de mudança. Mas, para isso, é preciso que a sistemática de ter pesquisadores, professores, artistas às suas frentes se efetive na construção de instituições mais humanas, como seu propósito criador, menos virtuais e/ou midiáticas nas redes sociais particulares e ao invés de empresas que sejam e tenham que ser cada vez mais lucrativas para um Sistema que desmaterializa a “corporação” de corpos e almas com emoções para industrializá-lo com razões maquínicas. Inovar, mundializar e ser um ser tecnológico é direito de todos/as/es, e, igualmente, produzir arte, cultura e conhecimentos é também uma capacidade nata de todos/as/es. Aprender a desaprender para reaprender a fazer tudo de outro jeito é e pode ser uma opção também dos corpos/as/es docentes das universidades.

Sobreviver já é, em si, uma grande vitória para pessoas como nós e obter sucesso escolar é uma exceção, cuja condição lutamos todos os dias. Esta configuração de menos-valia social é paulatinamente orquestrada para que o insucesso escolar seja interpretado como fracasso individual e não como resultante das ações de um problema estrutural de uma sociedade excludente que não reconhece nossa humanidade e desrespeita nossas existências. (Benevides; Lee, 2018, p. 253).

É preciso re-existência desses corpos/corpos/corpes para falarmos, se continuar o mundo como tal, em (re)existência. Pois, para falar de existência, este mundo não pode ser o que é. Contra esse sistema universitário vigente que, quase sempre, impõem treinos aos/as/es corpos/as/es das diferenças, por meio de aplicabilidade de teorias e teóricos modernos e pós-modernos que deslegitimam diferentes, muitos/as/es tentam resistir literalmente sendo corpos/as/es não disponíveis à descorporificação causada por repertórios – didáticos, metodológicos, analíticos, pedagógicos e artísticos – repetidos a fio nas escolas, academias, universidades e em outras instituições que querem transformar corpos diferentes deformando-os em corpos padrões.

É neste sentido que um *falar a partir de* e *com* faz toda a diferença em relação ao falar sobre. Pesquisas que tentam justificar os contratempos (mortes literais na verdade) de gêneros e sexuais dos/as/es corpos/as/es das diferenças, quase sempre o fazem obrigados a torná-los “importantes” para essas mesmas pesquisas e para as políticas que dizem dar apoio as divergências normativas sociais. Seja por meio de bolsas, seja por meio de acessos, ou seja ainda por meio da lógica de aceitação. Neste caso, *falando sobre*, nunca a partir desses/as/es, buscam justificativas – como ressalta a filósofa francesa pós-moderna Anne Cauquelin acerca das “Artes Contemporâneas” que também são “corpos” estranhos às Artes clássico-acadêmicas –, em “[...] ‘temas’ culturais, recolhidos em registros literários e filosóficos – desconstrução, simulação, vazio, ruínas, resíduos e recuperação –, seja ainda em uma sucessão temporal – classificada de ‘neo’, ‘pré’, ‘pós’, ou ‘trans’ – lógica, de evolução bem difícil de manter” (Cauquelin, 2005, p. 11-12). É preciso, ainda na esteira da filósofa, sem ser uma justificativa para incluir corpos/as/es transexuais, travestis, gays, lésbicos, não-cisgêneros de ordem heteronormativa no hall das universidades brasileiras (corredores, salas de aulas em situação de protagonismos, pois mesmo como coadjuvantes nunca ocuparam espaços porque sempre estiveram ocultos/as/es), é preciso que falemos dos *agoras* temporais que vivemos em tempos atuais em que as emoções suplantam as razões, quase sempre.

## Considerações descolonizadas – para corpos/as/es, cores etc

“O mundo não ensinou a gente se reconhecer e gostar das nossas cores, cor de pele retinta, dos narizes grandes para os lados, não fomos ensinados a gostar dos nossos corpos como

são.” Fala a artista Nara Couto em um programa de entrevistas – quando do lançamento do álbum “Retinta” (2021)<sup>28</sup>.

A cirurgia de redesignação não deve ser obrigatória. A cirurgia de redesignação tem que ser um direito. A cirurgia de redesignação ou de “mudança de sexo” ou de “transposição de sexo” não tem que ser exotização de corpos/corpas/corpes. Assim como outras questões relacionadas aos corpos não devem ser arbitradas por pessoas que não sentem/são/têm esses próprios/determinados corpos. A crescente da minha própria narrativa (de, do ou da) ao me referir as pessoas não-cisgêneros como do/da/de corpos/corpas/corpes (incluindo os termos neutros) já é um exercício necessário da academia. Já que até a tentativa ideológica frustrada de proibição de não usar gênero neutro na língua apenas por este não fazer parte da norma culta da gramática formal da língua portuguesa demonstra também que a linguagem não se submete as normas vigentes porque ela é mais dinâmica, porque então é que os/as/es corpos/as/es que devem se submeter. ““Eu tive meu corpo proibido a mim mesma durante muito tempo, como se eu tivesse de me arrepender por me ser.”” Afirma também Linn da Quebrada – cantora funkeira travesti formada em Teatro – ao referir-se que “O corpo é um território a ser ocupado e conquistado diariamente””. (Site Farofa, 2017, s/p).

Como se não tivesse simplesmente o direito de sê-lo/a/e, os/as/es corpos/as/es das diferenças sequer tiveram a opção de escolher ser o lado mais escuro da história da arte, da educação e da cultura brasileiras. “Privilegiados” aos corpos brancos e corpos não brancos – masculinos e femininos – heteronormativos foi-lhes dado o direito de escolher ser gente. Mas muitos optaram e ainda optam por não o serem tentando ser aquele que os desconsideraram gente no momento da colonização. O europeu historicamente e o estadunidense mais recentemente são e nos fizeram de outro para verem-se a Si-Mesmos como melhores. Aqueles não enxergam nada para além das lógicas de suas próprias existências até na ideia de outros que eles forjaram, lógica que impede a existência e a constituição de nós-Outros como diferenças. Lógica que impede a construção até semântica da ideia de Outro porque neste estaria a noção de concorrência para aqueles. Assim, insisto novamente, a proposta do pensamento descolonial como universal, baseado nas diferenças coloniais, é fazer erigir os/as/es Outros/as/es todos/as/es que os projetos de pesquisa, ensino e artísticos nas universidades, até mesmo por meio da arte e da educação, por docentes catedráticos, Moderno (europeu) impediu e o Pós-Moderno quer ainda impedir.

O racismo velado, por isso estrutural, também na cultura acadêmica nacional contra corpos/corpas/corpes das diferenças é o reflexo do racismo estrutural e estruturante da cultura patriarcal familiar machista cristã também nas universidades e escolas brasileiras. O racismo é dos mais profundos preconceitos da estrutura socialmente construída nas Américas pela imposição das culturas estrangeiras nas Américas. Ancorado na ideologia da fé cristã monopoliza até a consciência daqueles/as/is que se dizem “por Deus”. Nas universidades e escolas brasileiras, não diferentemente, o racismo estrutura a manutenção da racialização histórica de corpos/corpas/corpes de todas as diferenças em relação aos corpos brancos masculinos héteros cisgêneros. O racismo é a base de todos os pecados! O racismo epistêmico estrutura as pesquisas nas universidades. E é o racismo epistêmico quem impede os avanços de pesquisas *com e a partir de* corpos/as/es da transexualidade, da travestilidade, gays, lésbicos, de corpos/as/es Outros/as/es das diferenças dentro das universidades por perspectivas epistêmicas da descolonialidade: do pensar sendo-europeu e/ou o pensar sendo-estadunidense, mesmo não os sendo, para o pensar-sendo corpes/as/os que habitam as fronteiras como exterioridades epistêmicas.

E isto tudo aqui exposto não é o fim. É, na verdade, o começo de uma nova Era porvir que, aí sim, põe um fim à era do racismo machista, familiar heteronormativo cisgênero masculino branco de fé cristã, muitas vezes por meio da ideia moderna de ciência, estruturante da/na cultura brasileira contra todes/todas/todos es/as/os ordens des/das/dos corpes/corpas/corpos das diferenças. Já fiz

<sup>28</sup> “Retinta foi selecionado pelo edital Natura Musical, por meio da lei estadual de incentivo à cultura da Bahia (FazCultura), ao lado de Mestre Aurino de Maracangalha, Mahal Pita e Mercado Iaô, por exemplo. No Estado, a plataforma já ofereceu recursos para 58 projetos de música até 2020, como Margareth Menezes, Jadsa, Mateus Aleluia e Ilê Ayê.” (Correio, Da Redação, 18/03/2022). Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/preta-retinta-artista-nara-couto-apresenta-seu-novo-album-ouca-completo/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

questão de inverter aqui tal lógica na grafia.<sup>29</sup>

## Referências

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação Pós-colonialista no Brasil: aprendizagem triangular. **Comunicação & Educação**, v. 2, p. 59-64, 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comeduc/article/view/36136>. Acesso em: 26 mai. 2023.

BARRETO, Adeline Silva; BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. “Pesquisa(s) em Arte(s) – pensando processos investigativos na UEMS”. BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. (Org.). **NAV(r)E – Pesquisa e Produção de Conhecimentos em Arte na Universidade**: artista, professor, pesquisador. Campo Grande, MS: Life Editora, 2018, p. 37-48.

BENEVIDES, Bruna G.; LEE, Débora. Por uma Epistemologia das Resistências: Apresentando Saberes de Travestis, Transexuais e Demais Pessoas Trans. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 9, n. 2, p. 252-255, 2018. ISSN 21772886. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>. Acesso em: 08 jun. 2023.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. **A UNIVERSIDADE E A ARTE TRANS-FORMAM (PARA) A(S) VIDA(S)**. **SciELO Preprints**, 2023a. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6312. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/6312>. Acesso em: 31 jul. 2023.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. “Experivivências biogeográficas fronteiriças como prática epistêmica descolonial”. JITSUMORI, Carlos Igor de Oliveira; NOLASCO, Edgar César; MACHADO, Fábio Pereira do Vale. (Orgs.). **Pedagogias e práticas educacionais [livro eletrônico]**: ancoragens político-descoloniais contemporâneas. 1. Ed.. Campo Grande, MS: Editora Ecodidática, 2022, p. 117-134.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. PENSAMENTO DESCOLONIZADO COMO RE-EXISTÊNCIA DE PASSADO NA ARTE: PENSAR-NÃO-SENDO EUROPEU.. **(Re)existências**: anais do 30º encontro nacional da ANPAP. Anais...João Pessoa(PB) ANPAP, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/30ENANPAP2021/371014-PENSAMENTO-DESCOLONIZADO-COMO-RE-EXISTENCIA-DE-PASSADO-NA-ARTE--PENSAR-NAO-SENDO-EUROPEU>. Acesso em: 11 mar. 2022.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. **Arte Biogeográfica, Processos Criativos & a Covid-19**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2020.

\_\_\_\_\_. **Educação, Tecnocolonialidade, Docência Remota & a Covid-19**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2020a.

\_\_\_\_\_. **Artevírus, Arte de Dentro de Casa & a Covid-19**. Campo Grande, MS: Life Editora, 2020b.

BESSA-OLIVEIRA, Marcos Antônio. PEDAGOGIAS da *diversalidade*. **Cadernos de Estudos Culturais – Pedagogias Descoloniais**, Campo Grande, MS, v. 1, jan./jun. 2019, p. 61-85. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/9691>. Acesso em: 12 mar. 2022.

CAUQUELIN, Anne. **Arte contemporânea**: uma introdução. Tradução Rejane Jonawitzer. São Paulo: Martins, 2005. (Coleção Todas as artes).

29 Fiz questão de escrever este trabalho assentado ao máximo possível nos preceitos mais estruturais formais acadêmico-disciplinares. Pois, minha lógica é evidenciar que mesmo estruturado nas categorias estruturantes das normas reguladoras – ABNT – é possível fazer a produção de conhecimentos que não provoquem algum ou qualquer tipo de epistemicídios. Mesmo contra aqueles/as/is que decretam a morte de alguém/alguem pensando fazerem o bem.



DUSSEL, Enrique. **Filosofia na América Latina**: Filosofia da Libertação. Tradução de Luiz João Gaio, Edições Loyola: São Paulo; Editora Unimep: Piracicaba, SP, 1977.

**FAROFA**. “El cuerpo como territorio ocupado”. 09/07/2017. Disponível em: [www.nodalcultura.am/2017/05/el-cuerpo-como-territorio-ocupado/](http://www.nodalcultura.am/2017/05/el-cuerpo-como-territorio-ocupado/). Acesso em: 09 jun. 2023.

JIMÉNEZ, Cristhian Manuel. Crítica descolonial al movimiento LGBTI del Sur. **Acento**: Opinión. 15-06-2017; 00:07, 2017, s/p. Disponível em: <https://acento.com.do/opinion/critica-descolonial-al-movimiento-lgbti-del-sur-8466014.html>. Acesso em: 09 jun. 2023.

LORCA, Javier. Entrevista a Walter Mignolo, profesor e investigador de la Universidad de Duke “El control de los cuerpos y los saberes”. **Página 12**. Universidad | Martes, 8 de julio de 2014, p.1-2. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/imprimir/diario/universidad/10-250276-2014-07-08.html>. Acesso em: 08 jul. 2014.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **Sobre a colonialidade do ser**: contribuições para o desenvolvimento de um conceito. 1. Ed.. Rio de Janeiro: Via Verita, 2022.

MIGNOLO, Walter D. Desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. **Revista Epistemologias do Sul**. Foz do Iguaçu, PR. V.1, n.1, 2017, p. 12-32. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/download/772/645>. Acesso em: 27 fev. 2024.

MIGNOLO, Walter. “El fin de la universidad tal como la conocemos: foros mundiales hacia futuros comunales y horizontes descoloniales de vida”. PALERMO, Zulma; (Comp.). **Des/decolonizar la universidad**. 1ª. Ed.. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015, p. 85-102.

MIGNOLO, Walter. **El vuelco de la razón**: diferencia colonial y pensamiento fronterizo. 1ª ed.. Buenos Aires: Del Signo, 2011.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Revista Cadernos de Letras da UFF**. Dossiê: literatura, língua e identidade, n° 34, p. 287-324, 2008. Disponível em: [http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia\\_epistemica\\_mignolo.pdf](http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf). Acesso em: 06 fev. 2023.

MIGNOLO, Walter D. **Histórias locais / Projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. (Humanitas).

NOLASCO, Edgar César. DESCOLONIZANDO A PESQUISA ACADÊMICA: uma teorização sem disciplinas. **Cadernos de Estudos Culturais** – Tendências Artísticas do Século XXI. Campo Grande, MS, v. 1, jan./jun. 2018, p. 9-21. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/7725>. Acesso em: 13 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. HABITAR A EXTERIORIDADE da fronteira-sul. **Cadernos de Estudos Culturais** – Exterioridade dos Saberes: NECC 10 ANOS. Campo Grande, MS, v. 2, ago./dez. 2018a, p. 75-100. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/7771>. Acesso em: 09 jun. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Aníbal Quijano**: ensayos en torno a la colonialidad del poder. Compilado por Walter Mignolo. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2019. (El desprendimiento/ Mignolo, Walter).

SANTOS, Emy Mateus. **Pistas de uma cartografia travesti**: práticas corporais cênicas ou não, corpo-em-política. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura) – Artes Cênicas – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Bessa-Oliveira. Campo Grande,

MS: UEMS, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1jRzPPi26QiqfZk7wUSLNeim5YV41BaKZ/view?usp=sharing>. Acesso em: 04 dez. 2024.

WALSH, Catherine. “(Des)humanidade(es)”. PALERMO, Zulma; (Comp.). **Des/decolonizar la universidad**. 1ª. Ed.. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2015, p. 103-120.

Recebido em 18 de fevereiro de 2024.

Aceito em 26 de maio de 2024.